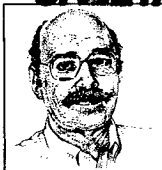


Dívida externa lipoaspirada

Ao cortar US\$ 30,3 bilhões, o BC justifica a idéia de uma auditoria

GAZETA MERCANTIL

03 SET 2001



Klaus Kleber

O Banco Central, ao anunciar uma revisão pela qual a dívida externa brasileira teve um corte de US\$ 30,3 bilhões, vem dar razão a analistas que há anos defendem uma auditoria a fundo das contas externas, sugestão, aliás, encampada pelo programa do PT.

Já vinha causando estranheza o fato de o BC dar aos empréstimos intercompanhias a aparência de investimentos estrangeiros diretos. A coisa era disfarçada na nota para a imprensa. No quadro IV (Investimentos Diretos), esses empréstimos eram computados, mas, no quadro V (Ingressos de Investimentos Estrangeiros Diretos), esses empréstimos ficavam no banco dos reservas.

Agora, porém, o BC adotou um novo critério, passando a classificar um total de US\$ 14,1 bilhões de empréstimos de matrizes para filiais como investimentos diretos, o que significa que essa parcela deixa de ser contabilizada como dívida externa do setor privado.

Tecnicamente, a mudança é discutível, uma vez que empréstimos são remunerados por juros a taxas e prazos determinados, enquanto os investimentos rendem lucros ou dividendos, cujo valor depende do desempenho da empresa beneficiária.

Apesar disso, a modificação pode ser considerada aceitável e contaria, segundo se informa, com as bênçãos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os empréstimos intercompanhias estariam, por assim dizer, no "hall" de entrada dos investimentos. A presunção é que esse dinheiro seja utilizado em novos projetos, devendo as necessidades de capital de giro das multinacionais ser supridas atra-

vés da rede bancária do Brasil ou do exterior.

Se não foi cometida nenhuma barbaridade sob esse aspecto, tendo em vista a situação cambial do Brasil no momento, causa estupor que o BC tenha descoberto de repente que, entre o total de empréstimos tomados pelo setor privado, US\$ 16,2 bilhões já tinham sido liquidados, mas não "baixados" nos seus registros, como se diz na linguagem bancária. Isso revela uma monumental negligência, para dizer o mínimo. A explicação é de que as empresas liquidaram compromissos no exterior sem notificar o BC. Ora, se a dívida estava registrada, os vencimentos de suas parcelas também deveriam estar. Seria de esperar que o BC, no vencimento de cada uma, procurasse deter-

minar junto aos devedores se e quando foi providenciada a liquidação. Alega-se que o pagamento não foi informado ao BC porque foi

feito através das contas CC-5 (contas de não-residentes no País), pelas quais o dinheiro pode ir e vir sem nenhum controle, à maneira de um bom e confiável paraíso fiscal. Apura-se agora que há um monte de dívidas cujo pagamento não foi reclamado pelos credores, concluindo-se, portanto, que tenham sido pagas. Mais uma razão para a auditoria: se US\$ 16,2 bilhões não foram "baixados", pode haver muitos outros empréstimos ou lançamentos de bônus em idêntica situação.

Com a lipoaspiração de US\$ 30,3 bilhões na dívida privada, tudo muda nas contas externas. A dívida total em março, que era de US\$ 236,807 bilhões, cai para US\$ 206,507 bilhões. O estoque da dívida sem o corte correspondia a 39,9%

do PIB de março (US\$ 593,508 bilhões). Já com a revisão feita, a proporção é reduzida para 34,79%.

Essas não são as porcentagens divulgadas pelo BC, que fez os cálculos sobre a dívida externa líquida (estoque total menos as reservas, que eram de US\$ 34,407 bilhões em março). Sem o corte, a dívida líquida estava em US\$ 190,239 bilhões, equivalente a 32,05% do PIB. Já podada em US\$ 30,3 bilhões, a dívida líquida cai para US\$ 159,939 bilhões, ou seja, 26,95% do PIB.

Se nos perdoam mais algumas continhas, vamos lá: a relação dívida líquida/exportações, que era de 3,35 antes da revisão, recua para 2,81, um número bem mais palatável para os analistas externos. O problema é que, de março para cá, a cotação do dólar aumentou 17,52%, o que se re-

flete no cálculo do PIB convertido na moeda americana. E todos os indicadores pioram.

Ainda uma observação: como foi a dívida do setor

privado que diminuiu, logicamente o peso dos compromissos do governo se eleva. Em março, antes do corte, o setor privado respondia por 61,68% da dívida total a médio e longo prazos, proporção que baixa para 56,06%. Enquanto isso, a participação do setor público cresce de 38,32% para 43,94%. Estamos caminhando para um empate entre o setor público e o privado. Na verdade, se o Brasil utilizar os US\$ 15 bilhões dos créditos que o Fundo Monetário Internacional colocou à sua disposição, o Estado passa à frente como o maior devedor. E a estatização da dívida externa, como sobejamente mostra a experiência, não é de bom augúrio. ■

Se US\$ 16,2 bilhões foram pagos, mas não "baixados", muitos outros empréstimos podem estar em idêntica situação